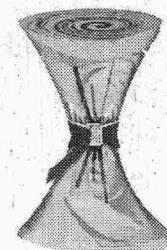


Brasil

# Estados também cobrarão de inativos

Contribuição pode ser a saída para economia de até R\$ 3,6 bilhões

## Lei Camata obriga governantes a reduzirem seus gastos com pessoal



AJUSTE

rior aos R\$ 3,6 bilhões da parcela da meta de superávit primário. Velloso ressalta que diante dessa exigência, os governadores terão de tirar um pedaço da despesa de pessoal via cobrança da contribuição dos servidores inativos, uma das principais medidas apresentadas pelo Governo federal para reduzir o rombo do sistema de previdência do funcionalismo público.

### Apertos

O aperto nos estados e municípios é uma tentativa de corrigir o absoluto descontrole com que a maioria deles tratam suas receitas. Os Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPM e FPE) - que são transferências que a União faz de parte das receitas com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados - vem num movimento crescente nos últimos anos. Passou, por exemplo de R\$ 20,9 bilhões em 1995 para R\$ 28,2 bilhões este ano, conforme as previsões do Ministério da Fazenda. No entanto, os déficits das contas estaduais e municipais, crescem na mesma proporção.

"As dificuldades dos Estados não se devem à falta de receitas, pelo contrário", diz o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

### Teto

Velloso vê mais uma razão para os Estados adotarem um novo sistema de contribuições previdenciárias. O governo está enviando ao Congresso um projeto de lei complementar para tornar mais rigorosa a Lei Rita Camata, que pretendia limitar em 60% da receita líquida os gastos de pessoal

em dezembro deste ano. Como esse teto foi cumprido por poucos Estados, o prazo será estendido até 2000, mas os governantes estaduais e municipais já terão que apresentar trabalho já no próximo ano.

O projeto de lei complementar deverá estabelecer que os estados que gastam com pessoal mais do que o permitido deverão reduzir em dois terços o excedente já no próximo ano. Enquanto o teto não for cumprido, os Estados ficarão impedidos de conceder reajustes salariais e fazer novas contratações, mesmo de cargos comissionados.

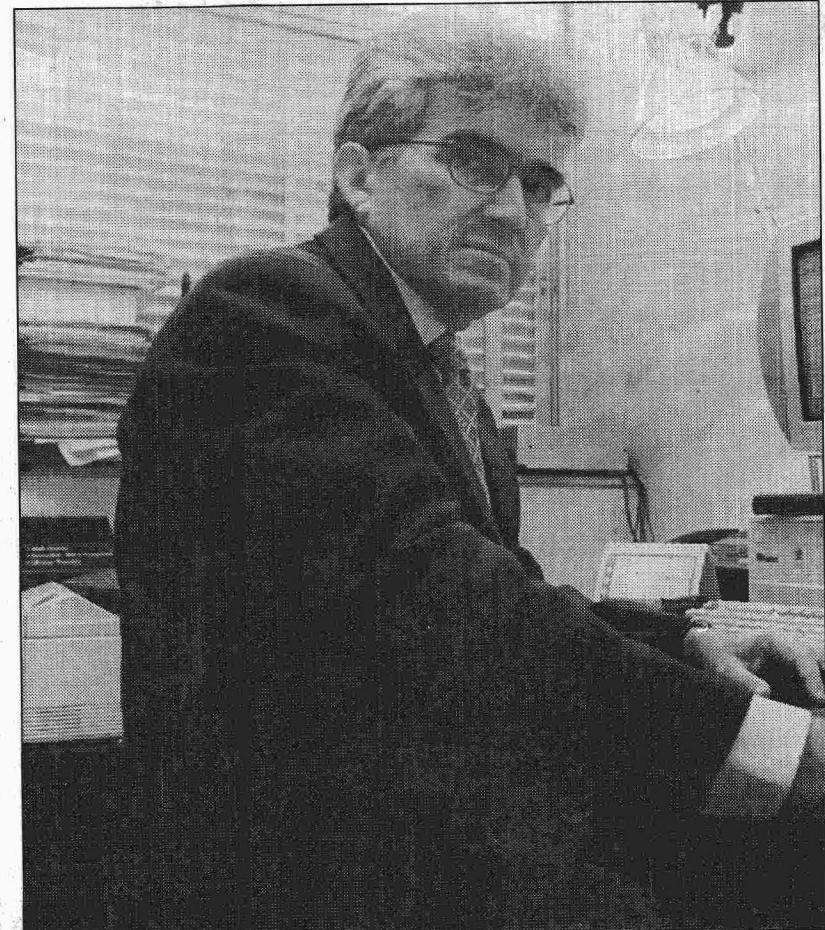
### Contratos

Também não poderão fazer empréstimos junto a bancos oficiais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, o grande agente financeiro da área de saneamento. E não poderão contar também com o aval da União para empréstimos externos. Além disso, os contratos de renegociação de dívidas firmados por 24 dos 27 estados obrigam o destino de até 13% da receita líquida para o pagamento de dívida com a União.

"O governo federal está pagando o custo político de cobrar a contribuição dos inativos. Agora é preciso que vá adiante e convença os governadores a andarem pelo mesmo caminho", enfatizou Velloso. Junto com a taxação dos servidores inativos, a outra grande novidade do programa é o corte de R\$ 8,7 bilhões nos gastos de custeio e investimento previstos na proposta original do Orçamento da União para 1999.

"Será um corte no osso e na carne que o governo fará com lágrimas nos olhos, porque terá de abrir mão de atividades fins, como aquelas nas áreas sociais", afirmou Velloso.

Francisco Stuckert



VELLOSO: governadores devem seguir mesmo caminho da União